ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-9-2020.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Clàudio Janta, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Ricardo Gomes. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 101/20 (Processo nº 0259/20), de autoria de Cláudia Araújo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga e Mauro Pinheiro. A seguir, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Em continuidade, o Presidente informou que não se ingressaria na Ordem do Dia na presente sessão, por estar pendente a realização de audiências públicas requeridas para proposições de iniciativa do Executivo Municipal, em relação às quais há pedido de tramitação em regime de urgência. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cláudia Araújo e Engº Comassetto. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 021/20. Às quinze horas e dezessete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos. Vou solicitar ao meu querido amigo e grande diretor legislativo Luiz Afonso de Melo que diligencie a chamada dos vereadores, para que nós possamos verificar a existência do quórum para realização da sessão ordinária no dia de hoje.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Havendo quórum, declaramos aberta a presente sessão ordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre. Diretor Luiz Afonso, solicito que retome o comando dos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das matérias encaminhadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Eu só vou demorar um pouquinho aqui, Presidente, que eu preciso pegar uma matéria que eu gostaria de utilizar, mas quero falar, Presidente Reginaldo Pujol e demais vereadores, cumprimentando todos, a respeito principalmente de um projeto de lei que está na Casa, que é um projeto bastante importante. Eu gostaria de aproveitar este espaço de liderança para colocar aos vereadores esse projeto, como ele não vai entrar em votação hoje, foi inclusive pauta de uma audiência pública, que é a respeito do projeto previdenciário. É um projeto que não é a primeira vez que vem algum projeto mais ou menos nesse modelo para a nossa Câmara de Vereadores. Eu lembro bem, acho que já foi votado em mais de uma oportunidade, mas lembro bem quando em 2016 nós aprovamos um projeto bastante similar a este projeto, onde o governo municipal, o Executivo, pede para pagar a sua contribuição financeira do Previmpa numa outra legislatura. O que aconteceu em 2016, o Ver. Mauro Zacher era líder do governo, eu lembro bem, o Ver. Mauro Zacher fez essa solicitação, que o governo municipal não tinha feito o depósito da contribuição previdenciária, que é referente ao empregador na sua parcela para a previdência. Nós aprovamos no final de 2016, o Ver. Cassio era o Presidente da Casa e o Ver. Mauro Zacher, como líder do governo, fez essa defesa e o governo então passou a pagar de forma parcelada a partir do ano de 2017. Como neste ano nós estamos num ano de pandemia e a situação financeira do Município é bastante peculiar, e todos nós, vereadores, sabemos dessa dificuldade, o governo municipal, através dessa pandemia, ele faz então a colocação de um projeto de lei aqui na Casa, que está pronto para votar inclusive, falei anteriormente, ele passou por uma audiência pública e agora estamos com ele pronto para ser votado. Esse projeto deve entrar na Ordem do Dia na próxima quarta-feira, eu gostaria que os vereadores dessem uma debruçada em cima desse projeto, tendo em vista que nós estamos em pandemia, como já falei anteriormente. É um projeto que já foi aprovado pelo governo federal e estadual para que o governo possa não depositar esses valores agora do mês de maio até dezembro e, dessa forma, melhorar o caixa do governo que está bastante deficitário e poder honrar com todos os compromissos necessários do Município, transferindo, sem nenhum prejuízo para a previdência, para, a partir do mês de janeiro de 2021, então, o governo reparcelar. A gente sabe, os valores previdenciários, eles ficam depositados. Nós não temos dificuldades de caixa, hoje, na previdência. O que nós estamos pedindo não é para não depositarmos o dinheiro; na verdade, é somente suspender essa contribuição do empregador, nos meses de maio a dezembro, para que ela seja depositada a partir de janeiro do próximo ano. Então é algo que não vai modificar o caixa. E como o recurso será colocado posteriormente, não dará nenhum prejuízo para a previdência do Município. De outra forma, com esse dinheiro em caixa, será possível manter os

salários dos servidores públicos em dia e honrar com outros compromissos que poderão ter dificuldades, se a Câmara de Vereadores não aprovar esse projeto. Eu lembro bem que, em 2016, quando o Ver. Mauro Zacher era líder e fez esse mesmo pedido na tribuna, os vereadores aprovaram o projeto, demostrando a grandeza desta Câmara em reconhecer as dificuldades do Município naquela época. Naquela vez, o Munícipio, ao contrário desta vez, não tinha feito os pagamentos, estava em atraso com esses pagamentos, e fez esse pedido, por meio do então prefeito José Fortunati e do então vice-prefeito, Sebastião Melo, para não criarem uma dificuldade administrativa por eles não terem feito os repasses previdenciários. A Câmara entendeu que o momento era de dificuldades e aprovou o projeto de lei no final do ano de 2016; por meio de emendas da então Ver.ª Sofia Cavedon e de outros vereadores, foi aprovado o projeto. Então, o que eu estou pedindo para os senhores vereadores, em nome do prefeito, é a compreensão dos vereadores para que a gente possa aprovar este projeto na próxima quarta-feira, suspendendo esses repasses, assim como foi feito nos governos estadual e federal. Peço a compreensão dos colegas vereadores e estou à disposição de vocês, caso haja alguma dúvida, para saná-las, não só aqui, através deste debate, mas também pessoalmente ou por telefone. Quero pedir ao diretor do Previmpa que nos ajude a tirar possíveis dúvidas dos vereadores. Sei que alguns vereadores entendem dessa matéria e nos colocamos à disposição, pela necessidade, em razão dessa pandemia, e pelas grandes necessidades que o Município tem enfrentado para honrar seus compromissos. Essa será uma ação importante por parte do nosso Legislativo, em conceder a suspensão desse pagamento por alguns meses, para que a gente possa honrar com todos os compromissos, principalmente para que os salários dos servidores se mantenham em dia, como tem sido até o presente momento. Agradeço a oportunidade por falar em nome do meu partido, o PL, peço a compreensão dos colegas e, mais uma vez, me coloco à disposição. Obrigado. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradecemos a V. Exa. pela manifestação. Mantemos a consulta às lideranças, caso algum vereador queira se manifestar neste momento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Adeli Sell está inscrito.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde, Pujol; boa tarde, colegas; boa tarde, Luiz Afonso; aqui falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Hoje eu quero falar um pouquinho sobre a questão da educação. Nós estamos iniciando, na semana que vem, mais especificamente, no sábado, quando Paulo Freire completaria

99 anos, o ano do centenário de Paulo Freire. Eu, já na quinta-feira, às 10h30min, vou divulgar amplamente, vou fazer um debate sobre a abertura do ano Paulo Freire. Eu falo do Paulo Freire, porque eu quero falar de educação, educação libertadora. O Paulo Freire disse uma frase que eu considero lapidar: "quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor". É o que está acontecendo hoje nas quatro bandas deste País. Falar de educação hoje é também discutir o chamado sistema Córtex, implantado pelo secretário Adriano Naves de Brito, com uma empresa daqui. Eu não tenho nenhum problema com qualquer empresa daqui ou de fora, muito menos empresa daqui. Só que esse sistema captura, senhoras e senhores, os dados de professores e de todos os alunos, especialmente na rede pública municipal, ensino fundamental, ensino de educação infantil, crianças até 12 anos. Isso é proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu já falei várias vezes aqui, e outros colegas foram na mesma trilha, questionando esse tema. Está aberta uma ação civil pública, com dois desdobramentos, em duas promotorias.

Quando eu falo do sistema Córtex, eu já quero emendar o problema da Multiclean. Não apenas eu estou envolvido, há outros vereadores envolvidos com a defesa dos 700 funcionários que, há exatamente um mês, receberam o anúncio de que seriam demitidos. Há pessoas que, desde maio, não recebem; ou problemas de que a empresa não as colocou no projeto do governo, o pagamento de 70% do salário e, depois, a necessidade de essa empresa mantê-las empregadas por igual tempo. As pessoas são demitidas e não recebem a rescisão, o máximo que as pessoas têm recebido são os R$ 600,00. Uma rescisão, com Fundo de Garantia, é muito mais do que isso, é umas cinco vezes mais. Essas pessoas estão sendo logradas. Desde o dia 20 de junho, tramita na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Porto Alegre, aquela da Av. Mauá, um processo, como também, depois disso, eu peguei esses documentos e fiz uma petição e foi aberta uma ação civil pública com três desmembramentos, em três promotorias diferentes, a respeito da empresa terceirizada Multiclean, porque a maioria desses servidores é de escolas municipais, especialmente merendeiros. Mas, hoje, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, sou pego por um pedido de informações finalmente respondido, porque eu reiterei o pedido – vocês sabem que o Camozzato e eu fizemos uma denúncia aos órgãos de controle sobre esse pedido de informações e pedido de providência não respondidos –, e a Prefeitura disse que fornece 270 refeições/dia. Onde? Todas as escolas estão fechadas, onde tem 270 refeições/dia nas escolas do Município? Ele fala na distribuição de 2.700 *kits*. Dois mil e setecentos *kits* dá para duas escolas e meia e olhe lá. Quantas escolas da municipalidade nós temos? Os senhores sabem tanto quanto eu. Mentira grosseira! Mentira grosseira! Eu vou voltar aos órgãos de fiscalização, pegando o número de escolas vezes o número de alunos, e vou mostrar que 2.700 *kits*, se for verdade, é uma provocação, é um desdém. Eu quero saber onde são servidos 270 almoços nas escolas municipais.

Eu concluo para dizer que no ano que iniciamos o Centenário do Paulo Freire, educador-mor deste País, que tem dezenas de títulos de *honoris causa*, que tem duas dezenas de livros publicados em várias línguas, é hora de levantar a bandeira da

educação mais alto do que nunca. Muito obrigado meus colegas vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni se inscreveu para falar em tempo de liderança.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de passar a palavra ao Ver. Aldacir Oliboni, eu quero informar aos Srs. Vereadores que estão recebendo nos seus respectivos equipamentos de comunicação a informação de que a Casa realizará, na próxima sexta-feira, uma reunião interna homenageando a data farroupilha e também fazendo a entrega do Prêmio Glaucus Saraiva, conforme determina a lei regulada nesse sentido. Neste dia, nós tentaremos reproduzir o que já oferecemos na Semana da Pátria, quando, com a presença de seis lideranças, realizamos uma sessão em homenagem ao Dia da Pátria; agora será o Dia do Gaúcho. Evidentemente que também, relativamente a esse fato, nós precisamos contar com a inscrição prévia dos vereadores que irão participar do evento – neste dia, obviamente, a participação também se dará com vestuário de motivação tradicionalista. Hoje mesmo estarão recebendo o convite, e até quarta-feira, às 18h, encerramento do expediente, nós aguardaremos a confirmação dos vereadores que gostariam de participar desse evento, a fim de que sejam reservados os lugares. Nós temos condição, sem criar atropelo nenhum, de reservar 35 lugares, sendo que teremos alguns convites externos, mas, com segurança, quantos vereadores quiserem participar terão assegurado, de antemão, um lugar adequado para serem partícipes da homenagem ao Dia do Gaúcho.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações ao nosso Presidente da Casa, Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras que acompanham nossa sessão nesta segunda-feira. Não nos causa surpresa o pedido de votação do projeto de lei do governo que o nobre Ver. Mauro Pinheiro acaba de pedir prioridade para quarta-feira. Esse projeto, que acaba mexendo com os ativos do fundo do Previmpa, a previdência dos municipários, vai levar para o caixa único do governo municipal, Ver. Cassiá, R$ 73 milhões a mais. O governo municipal, em algum momento, disse onde vai colocar os R$73 milhões a mais? Será que ele vai fazer os testes da nova lei, a qual nós derrubamos aqui o veto do prefeito? Vai fazer a testagem em todos os trabalhadores de serviços essenciais? Será que o governo vai comprar agora estruturas para hospitais de campanha? Dá para fazer uns dois hospitais de campanha! Eu quero que o governo diga para nós quarta-feira, Ver. Mauro, meu querido amigo, onde ele vai colocar os R$ 73 milhões a mais. Essa ideia de déficit, Mauro, de reforçar o caixa, isso é balela. O governo municipal, colegas vereadores e vereadoras, desde 2017 vem apresentando um superávit. Em 2017, apresentou um superávit de 217 milhões; em 2018, 377 milhões;

em 2019, 569 milhões de superávit. Até o momento, o governo tem muita grana em caixa, ele tem uma perspectiva de que poderá estar negativo no final do ano. Agora, pelo que eu ouvi do nobre colega Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, o governo quer fazer caixa para garantir a folha de pagamento, mas ele tem superávit, ele tem recurso. O que nós queremos saber é onde o governo está colocando recurso que está recebendo do governo federal, de fundo a fundo para o combate da Covid e da receita municipária. Nós temos dados do Previmpa que, em 2019, a receita, que é conhecida, é mais de R$ 3 bilhões 50 milhões e as despesas ficam em torno R$ 2 bilhões 295 milhões.

O governo, ao longo dos três anos, vem fazendo caixa. Lembram que, lá no início, ele dizia que o caixa estava raspado? Pois ele tirou uma infinidade de conquistas históricas dos servidores e da população, quando precarizou os serviços: terceirizou, abriu concessão, privatizou. O governo está no fim e não está apresentando nada de novo, está tirando, infelizmente, o que foi conquistado ao longo de uma década e precarizando serviços públicos, isto é, entregando para a iniciativa privada como se ele fosse mercadoria. É bom que quarta-feira, na votação, e nós não vamos nos opor à votação desse projeto, e aí nós podemos conversa, presidente, pela manhã, no acordo que será estabelecido à tarde para poder fazer com que se vote também outros projetos, o governo tem a possibilidade concreta e real de convencer os vereadores. Porque até então, meu nobre colega Ver. Mauro Pinheiro, o governo mais uma vez terá uma triste derrota para mostrar claramente que, como ele não tem projeto estratégico para poder convencer não só os vereadores, mas os cidadãos e cidadãs onde vai o dinheiro, lamentavelmente, a partir de então, ele não terá condições de fazer caixa, apenas é preciso operar serviços para a população. Muito obrigado, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Marcelo Sgarbossa registra a presença.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Ver. Reginaldo Pujol, nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, vou seguir a linha de raciocínio do Ver. Aldacir Oliboni, que me antecedeu, só para fazer algumas complementações. Na fala do Ver. Mauro Pinheiro, ele expôs que essa prática, esse mecanismo de protelamento de dívida em relação ao repasse patronal ao Previmpa já tinha sido aplicada pelo último governo. E realmente nós apreciamos projetos de lei, um deles inclusive permitia a cedência de próprios do Município ao sistema do Previmpa, ou seja, bens imóveis em troca de parte da dívida que o governo anterior havia acumulado com o regime de previdência dos servidores públicos municipais - eis que as dívidas da gestão passada foram proteladas ou negociadas dentro do seu governo. O projeto de lei que a Prefeitura manda para esta Casa Legislativa e que foi agora

defendido há pouco tempo pelo Ver. Mauro Pinheiro, em tempo de liderança do seu partido, PL, protela essa dívida para o próximo governo! Então, não é a mesma coisa, nós não estamos falando de um projeto que tem similaridade com outros anteriormente tramitados nesta Casa Legislativa. O que o prefeito Nelson Marchezan Júnior quer fazer é dar um calote na previdência durante sua gestão e transferir a sua responsabilidade de gestor para o próximo governo; se houver luz na cabeça dos cidadãos porto-alegrenses, não renovarão o mandato desse senhor, pois fez, durante mais de três anos e meio, encabeçando o paço municipal, uma gestão crítica, uma gestão de ataque à nossa cidade, precarizou os serviços públicos, as vias urbanas se deterioraram, desperdiçou recursos a fundo perdido, que serviriam para desobstrução do sistema de esgotamento de águas pluviais - a fundo perdido - mais de uma centena de milhões de reais, justamente para um problema que é crônico na nossa cidade. E nós temos visto, nas últimas chuvas, que a situação não melhora; agora, dinheiro aportado em Porto Alegre, que poderia ser revertido em desobstrução de boca de lobo, de bueiro, de sistema de drenagem das águas pluviais, desperdiçado pela capital, e o prefeito sempre no mesmo chororô, não tenho dinheiro, não tenho dinheiro, não tenho dinheiro! Não é o que pensa o Tribunal de Contas do Estado, que fez um levantamento das finanças de Porto Alegre e demonstrou, através dos seus cálculos técnicos, que nunca houve déficit nesta gestão. O governo Marchezan, ano após ano, apresentava peças orçamentárias deficitárias para a Câmara de Vereadores, fazendo uma lamúria gigantesca, mas findados os anos, o superávit sempre foi acumulado. Então, desculpem-me vereadores, vereadoras, eu não consigo acreditar e já não acreditava no prefeito Nelson Marchezan Júnior e nas suas equipes de assessoramento, eu acredito ainda a menos. É uma gestão que, desde o início, tem mentido para a população de Porto Alegre e mentido para esta Casa Legislativa. Portanto, peço que todos reflitam que tipo de cidadão nós temos ocupando o Paço Municipal, analisem as suas linhas discursivas, as suas argumentações são todas falaciosas, é muita mentira governando Porto Alegre, isso não dá para aceitar. Não podemos aceitar que um próximo governo, ou que os próximos governos herdem heranças malditas de dívidas injustificáveis – injustificáveis! –, porque todos os repasses que nós temos feito para esta gestão, devoluções para o caixa único da Prefeitura, não vem sequer uma linha de prestação de contas para a Casa Legislativa do povo de Porto Alegre, portanto, não dá para aceitar. O mau uso dos recursos públicos não pode perdurar, e eu não vou compactuar com a transferência de uma dívida, que deveria ser quitada nesta gestão, para um governo que comece em 2021.

Deixo aqui, então, o meu recado no tempo de liderança do meu partido, o PSOL, pedindo que todos os vereadores e vereadoras reflitam sobre o projeto que o Ver. Mauro Pinheiro quer que nós votemos na quarta-feira: uma herança maldita para o próximo governante da nossa cidade. Um forte abraço a todos, sigamos as nossas discussões.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Pujol, demais vereadores e vereadoras, Ver. Prof. Alex Fraga, com todo o respeito que tenho por V. Exa., sabe que particularmente temos uma relação boa de amizade, mas ideologicamente estamos tendo um abismo que nos separa. Se o senhor estive concordando com o governo Marchezan, certamente eu não seria o líder do governo porque as suas ideias são totalmente contrárias ao que prega o governo Marchezan e ao que eu defendo. Em primeiro lugar, defendo, sim, não a estatização geral da Prefeitura de Porto Alegre, como o prefeito também assim o faz – isso a gente sente nas melhorias que nós temos. Muitas vezes, fui acusado que era contra o SUS e que defendia a privatização sistema de saúde. Quero dizer que não sou contra o sistema de saúde, sou favorável ao SUS, sou favorável, sim, à saúde pública e gratuita para que a população tenha um bom atendimento, mas sou contrário que toda essa saúde pública seja estatizada. E hoje o Município de Porto Alegre tem vários contratos com instituições que prestam esse serviço lá na ponta, através dos seus postos de saúde e que melhoraram o atendimento e a qualidade da saúde lá ponta, nos bairros e nas vilas. Nós podemos ir lá, se o senhor quiser, juntos para ver juntos, para escutar a população dizendo que está sendo muito melhor atendida hoje por uma saúde pública não estatal, atendidas pelos hospitais, que prestaram contratos com o governo, então é um novo tipo de governar e que, certamente, o senhor não concorda e por isso estamos em lados opostos, o senhor na oposição e eu no governo. O senhor se equivoca, está equivocado, está enganado, Ver. Alex, com todo o respeito, quando diz que este projeto vai passar os encargos para o próximo governo e que, naquela oportunidade, quando foi aprovado na Câmara, em 2016, não era. Era bem similar, o que não é similar é que, naquela época, não tinha uma pandemia e os gastos foram feitos por outros motivos, o governo precisou usar desse artificio de protelar o pagamento ou o depósito dos valores previdenciários. Neste ano, nós temos, sim, um equilíbrio das contas porque se busca o equilíbrio das contas do Município através da boa gestão. Mas, infelizmente, a pandemia fez com que diminuísse também a receita do município de Porto Alegre, o Município diminuiu sua receita porque as atividades econômicas, infelizmente, não puderam atuar durante um período, algumas atividades econômicas estão fechadas ainda até o dia de hoje, desde de março, com isso os recursos que vêm dessas atividades econômicas não aconteceram no município de Porto Alegre. Por isso nós estamos pedindo a compreensão dos vereadores, não é votar pelo prefeito Marchezan, não é votar contra ou a favor do governo, é, sim, votar pela cidade de Porto Alegre porque nós estamos passando, sim, por dificuldades, o município de Porto Alegre, como todo o Estado, todo o País e todo o mundo, no mundo inteiro há dificuldades financeiras devido a essa crise, a essa pandemia. O que nós estamos pedindo é que os recursos da previdência que deveriam ser depositados, o valor que está previsto por lei, seja simplesmente alongado o prazo, que nesse período de pandemia seja depositado a partir

de janeiro do ano que vem, como foi feito no ano de 2016. O senhor está confundindo duas situações, o projeto de lei que foi aprovado na Câmara, Ver. Alex, com todo o respeito, posso lhe encaminhar o projeto de 2016, posso lhe encaminhar o projeto de 2020, para que o senhor possa analisar, inclusive com as votações, com o discurso de todos os vereadores que, naquela época, discursaram favoráveis ao projeto de lei. Tenho certeza de que esses mesmos vereadores manterão a coerência e votarão pela aprovação do projeto, assim como votaram em 2016, manter a coerência é votar e continuar pensando... (Problemas na conexão.) ...independente de quem é o prefeito de Porto Alegre, essa é uma ação necessária para a cidade de Porto Alegre. O Ver. Mauro Zacher subiu à tribuna para defender, como líder do governo, espero que o Ver. Mauro Zacher, tenho certeza de que o Ver. Mauro Zacher, um excelente vereador, coerente, vai votar favorável a este projeto porque já votou em 2016, pediu voto na tribuna para os vereadores e este projeto foi aprovado. Então, a gente pede a coerência dos vereadores que aprovaram o projeto, que postergaram o depósito dos recursos, porque nem a previdência nem os servidores e nem o município de Porto Alegre vão perder... (Problemas na conexão.) ...nós vamos estar somente transferindo o depósito. Era isso, Presidente Pujol, lhe agradeço, espero que os vereadores busquem melhores informações e nos ajudem a aprovar este projeto na quarta-feira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Eu estou inscrito, mas não usarei o meu tempo neste período de Grande Expediente. Pergunto ao Ver. Prof. Alex Fraga se ele usará a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Também não usarei, Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Transcorrido o período de Grande Expediente sem pronunciamentos. Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Ver.ª Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Paulo Brum, boa tarde, colegas vereadores e colegas vereadoras, eu queria trazer um assunto que tem me incomodado bastante de alguns meses para cá. Todos sabem que eu

trabalho muito e luto muito pela saúde pública da nossa cidade que, infelizmente, é muito precária. Os colegas estavam comentando também alguma coisa com relação à saúde. No ano passado, a minha primeira emenda parlamentar, que veio do deputado Danrlei, que foi uma emenda de R$ 1 milhão, do qual, R$ 500 mil eram destinados pelo meu gabinete e R$ 500 mil por indicação do Ver. Valter. Essa emenda não foi entregue aos locais indicados. Nós sabemos como as coisas funcionam: os valores de emendas parlamentares vêm para o Fundo da Saúde e os vereadores fazem a indicação dos locais que gostariam que recebessem esse valor. Eu, na época, fiz a indicação para sete postos de saúde e que R$ 200 mil dessa emenda fossem destinados à compra de fraldas, porque as crianças especiais não estavam recebendo, e a alegação era de que não havia valores para isso. É claro que R$200 mil não resolvem o problema, mas a gente sabe que ameniza. Esses postos não foram beneficiados com essa emenda, esse valor entrou em abril para o Fundo de Saúde do Município e permanece, ou foi utilizado em outra demanda, e não na emenda a que foi destinado, por meio de ofício no qual fizemos a indicação desses sete postos de saúde. Agora, neste ano, veio uma nova emenda para enfrentamento ao coronavírus. Foi uma emenda extra, feita diretamente do Ministério da Saúde, por meio também do deputado Danrlei, para o Fundo de Saúde com a indicação – eu tenho aqui o Ofício nº 488/2020 – de R$ 1 milhão para o Hospital Restinga Extremo-Sul de Porto Alegre. Nessa mesma emenda de custeio para o enfrentamento da Covid, que foi um fundo extra, veio R$ 1 milhão por meio do gabinete do Ver. Valter para o Hospital Independência, também para o combate à Covid, e R$ 3 milhões diretamente do deputado para a Santa Casa. Nenhum desses valores foram entregues e foram depositados no Fundo de Saúde nos dias 3 ou 4 de junho deste ano. Então, eu tenho o ofício e a ordem de pagamento no valor de R$ 1 milhão, conforme ordem bancária nº 2020OB815790, referente à nota de empenho nº 2020NE830259, com o número do processo, para o enfrentamento da Covid e com indicação de transferência para o Hospital da Restinga. Eu quero dizer aos senhores que isso me incomoda muito porque outros parlamentares fizeram destinação para outros municípios e a gestão desses municípios fez a transferência do Fundo de Saúde para as indicações dos vereadores. Eu sei da necessidade do Hospital da Restinga, que é o único hospital que temos no Extremo-Sul de Porto Alegre, e trabalha nessa luta contra a Covid, precisa do apoio dessa emenda. E eu fico me questionando como que precisa desse apoio, dessa emenda. Aí eu fico me questionando: como pode? Nós estamos fazendo a nossa parte. Se nós estamos buscando apoio federal para ajudar no combate à Covid e nós não somos respeitados, para mim isso é uma falta de respeito com o parlamentar que faz a indicação dessa emenda. Eu queria deixar registradas a minha insatisfação e a minha indignação pela falta de respeito com a minha gestão.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Gostaria de cumprimentar o Ver. Paulo Brum e todos os colegas vereadores e vereadoras. Vou apresentar um pequeno material audiovisual sobre a questão do lixo na cidade de Porto Alegre, ou seja, sobre a falta de gestão dos resíduos orgânicos e secos em Porto Alegre.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Todos nós temos acompanhado o abandono dos contêineres pela cidade afora. Os contêineres... (Problemas na conexão.) Em Porto Alegre, hoje, nós temos mais de 300 lixões espalhados pela cidade, e o que aconteceu? A atual gestão concluiu a destruição de um conjunto de programas que haviam sido iniciados nas gestões anteriores. Destruiu o programa Área de Risco, não existe mais equipe de área de risco para proteger aquelas famílias de alagamentos ou de desmoronamentos de morros. Destruiu o programa de educação ambiental Arroio Não é Valão, que objetivava ter uma gestão junto com a comunidade para não se jogar os resíduos nos arroios, nos riachos que culminam no lago Guaíba. Diminuíram, drasticamente, a coleta seletiva que hoje está em, aproximadamente, em 5% e ela estava em 22%. A falta de apoio à cooperativa dos recicladores, não levando os materiais de reciclagem, que são os materiais nobres da cidade de Porto Alegre, e não aplicando no Município a Lei Nacional de Reciclagem, que diz que todos os resíduos de departamentos públicos federais, estaduais e municipais devem ser destinados para as associações e/ou cooperativas, e, no nosso caso, para os galpões de reciclagem da cidade de Porto Alegre.

Passando para a próxima lâmina, aqui nós temos alguns visuais disso que eu falo. Isso aqui é um lixão permanente lá numa comunidade irregular, e o Ver. Ramiro acusa as comunidades irregulares de fazerem os lixões, mas, na verdade, é a falta de serviço público que tem em toda a periferia da cidade. Isso é lá no Jardim Protásio Alves, à direita lá, na região da FAPA.

Este aqui é junto ao arroio do Salso, na Restinga. Não é nenhuma vila irregular, vereadores e vereadoras. Isso aqui é no bairro Restinga, no final da Av. Nilo Wulff o lixo é jogado... (Problemas na conexão.) Aqui à direita, nessa árvore, é o arroio do Salso. Então, cai tudo no arroio e vai direto para a Ponta Grossa, que sai no lago Guaíba.

Esse é aqui no Morro Santa Teresa, peguei algumas fotos de regiões distintas da cidade. Isso é lá no alto do Morro Santa Teresa. A RBS poderia fazer uma reportagem ali, esse lixão fica atrás da RBS. Ela não mostra nada disso com os R$ 37 milhões que o prefeito está gastando em comunicação e com os R$ 3 milhões que a RBS recebeu para fazer propaganda do prefeito. Poderia mostrar esses lixões que estão na parte dos fundos da antena, lá em cima do Morro Santa Teresa. Não só a RBS, como também as demais emissoras que estão ali.

Esse outro também é lá no alto do morro. Uma vista maravilhosa, o pôr do sol ali, mas as comunidades recebem lixo – não é deles ali – de outros que vão lá fazer a descarga.

Esse próximo aí fica no centro da região de Porto Alegre, no Morro Agudo, não sei de sabem que o Belém Velho é o centro geográfico de Porto Alegre, tem a mesma distância, ou mais ou menos igual, para o norte, para o sul, para o leste e para o oeste. Então, o Agudo é próximo ali, fica entre o Morro Tapera e o Morro Agudo, no Campo Novo, Vila Nova. Esse é um lixão imenso que há, quase na Estrada Jorge Pereira Nunes na esquina com a Rua da Granja.

Esse próximo é onde? Na orla do Guaíba. A orla do Guaíba ali perto do Gasômetro está uma beleza, está bonitinha. Agora esses resíduos aí são os que são jogados aí, aquilo que mostrei lá no arroio do Salso, cai no arroio, cai no lago Guaíba e a orla do Guaíba, com exceção da parte onde está sendo feita a obra. E se for olhar direito essa obra do Marchezan na beira da água, tem lixo igual a esse depositado na margem; é um verdadeiro tapete que está fazendo na Orla do Guaíba, mas a limpeza, que é a essência, e que nós precisamos, não acontece. Aqui, coloquei um pouco do orçamento, isso está no Portal Transparência: já gastamos neste ano R$ 170 milhões com o lixo, com os resíduos da cidade de Porto Alegre. São R$ 170 milhões. Será que com estes R$ 170 milhões a cidade não poderia estar mais limpa, mais organizada? Concluo dizendo que este valor todo que foi gasto até o momento, chegaremos, o previsto é R$ 330 milhões só com o lixo na cidade de Porto Alegre, é um valor significativo. Vereador Mauro Pinheiro, e esses R$ 72 milhões do funcionalismo para gastar em propaganda também... Ajude a administrar melhor a indústria do lixo na cidade de Porto Alegre. Esses lixões cobram para retirar dos pátios, colocam nestes locais e a Prefeitura paga equipes toda a semana para ir retirar. Ajude a administrar melhor que vão sobrar uns R$ 20 milhões, R$ 30 milhões do recurso corrente do DMLU. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0283/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/20, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021. **Emendas nºs 01 a 05. (SEI 118.00168/2020-41)**

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

A Ordem do Dia não foi realizada por estar pendente a realização de audiências públicas requeridas para proposições de iniciativa do Executivo, em relação às quais há pedido de tramitação em regime de urgência.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h17min.)

* * * * *